



# Ficar em que casa?

A expansão da pandemia de covid-19 pelas favelas, periferias e interiores do Brasil escancarou a inversa desigualdade social e econômica entre as classes sociais, naturalizada e aceita por grande parte da sociedade e das instituições do Estado, o que representa uma barreira às recomendações de higiene básica, distanciamento físico e permanência em casa. O Conselho Nacional de Saúde (CNS) alerta sobre a necessidade de especial proteção a grupos em situação de vulnerabilidade ou em risco como as pessoas em situação de rua, com sofrimento ou transtorno mental, com deficiência, vivendo com HIV/aids, LGBTI+, população indígena, negra e ribeirinha e trabalhadores do mercado informal, como catadores de lixo, artesãos, camelôs e prostitutas. À lista do Conselho acrescentamos a população carcerária, sobrevivendo em condições subumanas, e os profissionais de saúde que lidam com o risco real de contaminação e os sentimentos de medo, frustração e impotência em seu trabalho.

A violência crônica nas periferias é uma epidemia adicional no interior do país. Em 2019, aumentaram em 22% as ameaças de morte e 14% os assassinatos de trabalhadores do campo, indígenas, quilombolas. O terror acompanha o desmatamento que cresceu 51% nos últimos meses. Nas áreas indígenas, a invasão por garimpeiros e madeireiros e a incursão de missionários representam a propagação de doenças. As populações indígenas em todo o Brasil estão entre as mais vulneráveis na pandemia. “Ficar nas aldeias” será seguro se a sociedade e o Estado garantirem o direito dos povos originários à sua terra. Ainda assim, o desmonte do subsistema de indígena de saúde os deixam desassistidos.

Uma das maiores preocupações do CNS é a desigualdade nas condições de saneamento e moradia frente à pandemia. Nesta edição, trazemos reflexões sobre os determinantes sociais que agravam a pandemia e entrevistas com quem conhece de perto a realidade nas terras indígenas, periferias e favelas e nas ruas das cidades, onde se dorme e trabalha.

“Quando começaram a falar em covid-19 e disseram ‘fiquem em casa’, isso dilacerou nossos corações”, lembra o representante no CNS do Movimento Nacional da População em Situação de Rua, entrevistado pela Radis. Para ele é preciso mais do que oferecer serviços de saúde para essas pessoas durante a pandemia. É preciso haver ações integradas com as áreas de moradia e assistência social.

Quem não tem acesso a condições dignas de moradia e vida e aos mínimos direitos fundamentais ou está sem trabalho

e renda nunca esteve tão vulnerável. Nos bairros de periferia e favelas das regiões metropolitanas brasileiras, é comum famílias aglomeradas em poucos cômodos, e “ficar em casa” significa também compartilhar os espaços externos com parentes e vizinhos. Com o adensamento, há casas sem janelas e ventilação. Muitos ficaram desempregados nos últimos anos e a renda vem de trabalhos informais e descontínuos. Com a quarentena, famílias já passam fome.

No Rio de Janeiro, conversamos com a moradora da Mangueira que chamou a atenção de milhares de pessoas nas redes sociais para a falta de um plano do Estado para prevenção da covid-19 nas favelas e com o ativista do morro da Providência que divulgou em vídeo a falta de água em plena pandemia. Com discurso afiado sobre a responsabilidade histórica da sociedade e dos governos na situação “catastrófica” das favelas, comunicadores e ativistas do conjunto de favelas do Alemão criaram um Gabinete de Crise para pressionar as autoridades e divulgar alertas à população com faixas, cartazes e funk. Na Maré, ativistas cobraram adequação das recomendações oficiais, por não levarem em conta a aglomeração inevitável nas casas e utilizaram carro de som, faixas e cartazes no comércio local para divulgar as orientações de higiene em linguagem mais clara e propor o compartilhamento de água. Todas essas iniciativas incluíram campanhas pelas redes para a doação de cestas básicas e material de higiene às comunidades.

Ainda em março, mais de 60 comunicadores populares reuniram-se em uma coalização nacional de enfrentamento ao coronavírus, criando a frente Corona nas Periferias, que lançou manifesto questionando o poder público, que deixa “à mercê da sua própria sorte as favelas, periferias, guetos, quilombos, sertões e toda a população à margem”.

Enquanto isso, notícias falsas sobre a pandemia são produzidas e compartilhadas. Num período de 30 dias entre março e abril, o aplicativo Eu Fiscalizo verificou que 10,5% das fake news foram publicadas no Instagram, 15,8% no Facebook e 73,7% no WhatsApp, plataforma em que 71% delas tinham a Fiocruz como suposta fonte da informação. Deve-se desconfiar de informações atribuídas à Fiocruz que não estejam em nossos canais oficiais, como o portal. fiocruz.br.

Caro leitor, antes de folhear com calma a sua Radis, descarte o plástico que envolve esta revista e lave bem as mãos. Estamos juntos no enfrentamento à covid-19 e na luta contra a desigualdade. Boa leitura!



■ **ROGÉRIO LANNES ROCHA** EDITOR-CHEFE E COORDENADOR DO PROGRAMA RADIS

SUA OPINIÃO

Para assinar, sugerir pautas e enviar a sua opinião, acesse um dos canais abaixo

E-mail [radis@ensp.fiocruz.br](mailto:radis@ensp.fiocruz.br) Tel. (21) 3882-9118 End. Av. Brasil, 4036, Sala 510 Mangunhos, Rio de Janeiro, RJ CEP 21040-361